

Trânsitos, Paragens e Identidades em *A Árvore das Palavras*

Dinameire Oliveira Carneiro Rios

UFBA / Univ. Porto

Resumo: O romance *A Árvore das Palavras* (1997), da escritora portuguesa Teolinda Gersão, aproxima-se dos parâmetros do novo romance histórico. Essas narrativas, de modo geral, têm o objetivo de reescrever os fatos históricos através do discurso ficcional, traçando uma constituição identitária que considera traços culturais, sociais, políticos, etc., e visam revisitar versões históricas, muitas vezes subvertendo-as através dos mecanismos discursivos. Assim, o romance da autora portuguesa visita uma parte da história de Moçambique, quando o país ainda era colônia portuguesa, e revela, principalmente através do olhar inquieto e lírico da personagem Gita, o processo de descolonização da nação e as relações culturais estabelecidas entre colônia e metrópole. Gita, personagem principal do romance e narradora de duas das três partes nas quais o romance é dividido, alegoriza a personificação entre os dois espaços de trânsito da história: é filha dos colonos portugueses Amélia e Laureano, mas nasceu em Lourenço Marques e, frente ao contato e influência de Lóia, a antiga ama de leite, sente-se acolhida e ligada ao ambiente físico e cultural africano. Assim, por meio da figuração de diversos espaços e da vivência cultural e histórica que as personagens estabelecem com eles é possível perceber no romance as diferentes experiências frente à realidade da colonização e as disparidades discursivas produzidas a partir desse contexto social.

Palavras-chave: Identidade; Espaço; Nação; Narrativa; Moçambique

Abstract: The novel “*A Árvore das Palavras*” (1997), written by the portuguese Teolinda Gersão, approaches the parameters from the new historical novel. These narratives, in general, aim to rewrite historical facts through fictional discourse, tracing an identity constitution that considers cultural, social, political, etc., and aims to revisit historical versions, often subverting them through discursive mechanisms. Thus, the

portuguese author's novel visits a part of the history of Mozambique, when the country was still a portuguese colony, and reveals, mainly through the restless and lyrical gaze of the Gita character, the process of decolonization of the nation and the cultural relations established between colony and metropolis. Gita, the main character of the novel and narrator of two of the three parts in which the novel is divided, allegorizes the personification between the two transit spaces of history: she is the daughter of the portuguese settlers Amelia and Laureano, but she was born in Lourenço Marques and, contacts and influences of Lóia, the old milkmaid, feels welcomed and linked to the african physical and cultural environment. Thus, through the figuration of diverse spaces and the cultural and historical experience that the characters establish with them, it is possible to perceive in the novel the different experiences facing the reality of colonization and the discursive disparities produced from this social context.

Keywords: Identity; Space; Nation; Narrative; Moçambique

Introdução

No cenário português pós 25 de abril, temáticas relacionadas ao processo de descolonização, à guerra, à vida nas colônias, ao cerceamento de liberdades civis e políticas e à opressão das minorias foram ganhando cada vez mais espaço dentro das produções literárias. É vasto o número de autores portugueses que retomam questões que dialogam com a história do país antes e durante a Revolução, num movimento de retorno que empreende não apenas a relação de Portugal com seu povo e suas antigas colônias, como também o processo de constituição identitária da nação. Porém, ao analisar o período entre 1961 e 1974, caracterizado pelos fortes embates entre Portugal e sua colônias africanas, Margarida Calafate Ribeiro (2007) aponta para a rarefeita presença de estudos mais sistemáticos que deem conta desse aspecto da história portuguesa, o que sugere, segundo ela, uma sensação de não pertença de Portugal e dos já independentes países africanos a essa passagem da história. Também, esse silêncio parece apontar para uma tentativa de apagar da memória da nação as mazelas que estiveram envolvidas no processo de colonização. Nesse contexto, torna-se ainda mais relevante a presença de narrativas

literárias que se debruçam sobre as vivências nos países outrora colonizados por Portugal e as relações estabelecidas entre colonos e a população local, embora seja notável certo distanciamento temporal entre os acontecimentos e a primeira leva dessas publicações.

Frente a essa tardia produção literária que repensa a experiência colonial portuguesa em territórios africanos, é preciso notar que dentro do contexto luso o pós-imperialismo acontece quando as ideias pós-coloniais já haviam ganhado terrenos diversos. Assim, conforme afirmam Ribeiro e Ferreira (2003), em Portugal a descolonização aconteceu já na pós-modernidade. Isso explicaria, por exemplo, a ausência de uma massa crítica de pensadores diaspóricos e escritores engajados com reflexões acerca das questões pós-coloniais e a prevalência, ainda, de um multiculturalismo que se mostra transitório e por vezes contraditório, já que o que se tem dentro desse cenário de transição é uma “lusofonia difusa que ainda ninguém sabe concretamente o que poderá ser, para além de uma ideia linguisticamente sustentada, historicamente sedimentada numa herança comum de memórias diversas” (Ribeiro/ Ferreira 2003: 16).

Ao analisar a seara de romances que foram produzidos a partir da década de 1990 e que dialogam com a relação entre Portugal e suas antigas colônias africanas, Isabel Ferreira Gould (2007) destaca ainda uma acentuada preferência por temáticas relacionadas à família e à mulher numa tentativa de examinar a constituição identitária portuguesa colonial e pós-imperial. Dentro dessa lista estariam obras como *Partes de África* (1991) e *Pedro e Paula* (1998) de Helder Macedo, *O Senhor das Ilhas* (1994) de Maria Isabel Barreno, *O Esplendor de Portugal* (1997) de António Lobo Antunes, *A Árvore das Palavras* (1997) de Teolinda Gersão, *Lourenço Marques* (2002) de Francisco José Viegas, *A Casa das Rugas* (2004) de Eduardo Bettencourt Pinto e *A Donatária* (2004), de Sérgio Ferreira (GOULD, 2007), apenas como exemplos mais recentes dessa produção.

A Árvore das Palavras: Espaço e Identidade em Moçambique

O romance *A Árvore das Palavras* remonta a relação de Portugal e Moçambique antes e durante o processo de descolonização, e, dentro dessa tendência recorrente da produção portuguesa contemporânea de viés histórico, centra a narrativa na ótica feminina para

revelar o cotidiano da capital Lourenço Marques durante as décadas de 1940 a início de 1960, bem como a relação com a metrópole no processo em prol da independência.

Conhecemos o cotidiano da cidade a partir da infância e da adolescência da protagonista Gita, que guia o leitor através de sua subjetividade em duas das três partes em que o romance é dividido. Na primeira parte, tecida pelo fio da memória da narradora-personagem, é possível acompanhar as relações que ela estabelece com o espaço a seu redor e observar de que modo o contato com as pessoas do seu convívio é preponderante para a constituição da sua identidade, que se desenvolve concomitante ao próprio processo de reelaboração identitária da nação moçambicana.

O modo como o romance é iniciado faz com que o leitor mergulhe de imediato nas memórias mais fecundas da infância da narradora, que nos conduz ao quintal da casa, espaço simbólico de sua ligação com a terra-mãe e que suscita lembranças cheias de lirismo e que são frequentemente acompanhadas por Lóia, outrora a sua ama-de-leite e atual empregada da casa. Perfil comum nas produções de Teolinda Gersão, também em *A Árvore das Palavras* quase toda a história do romance se constrói a partir da ótica feminina, porém são visões que divergem quando se trata dos juízos de valor sobre o lugar e as pessoas que nele vivem. Isso porque Gita não consegue partilhar das ideias da mãe, Amélia, e o que contribui para que estabeleça uma forte ligação maternal com Lóia.

Ao evocar as memórias lacunares da infância na primeira parte do livro, a protagonista retoma as suas relações com o ambiente social da cidade de Lourenço Marques, as relações afetivas, especialmente com Lóia e o pai, Laureano, e privilegia a descrição dos espaços que foram determinantes na construção de suas memórias na tenra idade. Assim, o espaço doméstico tem particular importância nas lembranças de Gita, pois é nele que acontecem as primeiras descobertas de conexão entre ela e a natureza, os vínculos afetivos dentro do círculo familiar e sua percepção sensorial da existência das coisas que a rodeava e com as quais estabelecia contato sem o filtro da racionalidade adulta.

Um das lembranças marcantes de Gita ao retomar as primeiras experiências da infância é que a casa em que viveu era imaginariamente bipartida entre a Casa Branca e a Casa Preta, sendo que a primeira era o ambiente de convivência de Amélia, por ser

identificada como distante do espaço e da cultura local e, num oposto disso, a segunda, à qual era integrado o quintal, fazia parte do universo de convivência de Lóia, por apresentar uma liberdade em sua ordenação e em seu ritmo de vida que se aproximava do modo de ser da sua antiga ama e, por extensão, do espaço moçambicano. Essa segregação não se baseava em limites físicos rígidos, mas é percebida por Gita através do discurso de preconceito e distanciamento que Amélia demonstrava em relação a Moçambique e sua população, representada no interior da casa por Lóia. Por isso a parte que conseguia “domesticar” e manter dentro de um padrão de ordenamento e civilidade europeia seria, na perspectiva de Amélia, distinta e superior daquele lado da casa que mais se assemelhava ao espaço africano, identificado pela mãe de Gita como desordenado, caótico e perigoso.

O distanciamento que desde os primeiros dias de vida marcou a relação entre Gita e a mãe, a proximidade que possuía com o pai e Lóia e modo espontâneo e contemplativo da protagonista são alguns dos motivos que fazem com que ela imediatamente associe a si, o pai e Lóia como parte desse ambiente livre e natural, oposto ao de Amélia, que fazia do ambiente de trabalho, o quarto de costura, um microcosmo que a mantinha não apenas longe da natureza selvagem africana, mas também que a isolava das relações sociais e familiares. Assim, enquanto o pertencimento de Amélia à Casa Branca seria um reflexo do seu distanciamento da cultura local, contrariando as expectativas da mãe, Gita via a si e ao pai como parte da Casa Preta pela imersão e identificação que tinham no espaço cultural moçambicano.

Ao demonstrar seu vínculo afetivo e memorialístico com o quintal “que crescia como uma coisa selvagem”, “que se amava ou se odiava” (Gersão 2004: 10),¹ Gita retoma também a vã e insistente luta de Amélia para que o lugar estivesse sempre domesticado e limpo, evitando qualquer tipo de semelhança com o “Caniço”, local onde morava Lóia e que se opunha à “cidade de cimento”, parte da cidade habitada principalmente pelos colonos brancos que viviam em Lourenço Marques.

Em um artigo em que analisam a geografia da capital moçambicana, Fernandes e Mendes (2012) apontam para a dicotomia que marcava a paisagem da cidade no período colonial. De um lado, organizada de modo racional e seguindo traçados tendencialmente

geométricos, estava a cidade de cimento, edificada em materiais nobres, habitada pelos colonos brancos e que servia de base para a administração por parte da metrópole e por isso era símbolo de uma determinada camada social que exercia o poder. Em oposição a ela estavam os caniços, que recebiam essa denominação devido aos materiais que eram usados em sua construção, geralmente recolhidos da natureza, como madeira, capim e caniço, e que demonstravam a clara segregação social que predominava no espaço urbano de Lourenço Marques. Assim, a cidade de cimento era o ambiente privilegiado dos colonos brancos e a eles pertencia por direito, enquanto os caniços apenas cumpriam a função utilitária de abrigar os autóctones, que eram necessários para garantir a mão-de-obra tanto nos trabalhos domésticos, como era o caso de Lóia para a família de Gita, como nas mais diversas atividades desenvolvidas pelos colonos nas terras africanas. Os salários parcos e a inexistência de uma infraestrutura urbana para receber esse contingente que migrava cada vez mais das zonas interioranas para a capital em busca de oportunidades fez com que os caniços se tornassem uma dura realidade do cenário colonial de Lourenço Marques, alijando os habitantes locais do desenvolvimento urbano, situação que só começou a ser alterada após a independência.

Ao produzir discursos de teor segregacionistas que influenciaram Gita a construir uma distinção imaginária da casa onde vivia entre a Casa Preta e a Casa Branca, Amélia deixa entrever em seus discursos um posicionamento frente à sociedade de Lourenço Marques que recai na lógica da estrutura binária que predominou o pensamento colonial, branco/negro, civilizado/selvagem, metrópole/colônia, colonizador/colonizado. Porém é notável observar que a divisão étnica e cultural que as nomenclaturas das “casas” sugerem não é levada a cabo pelas ações da personagem principal nem por Laureano, que subvertem a lógica social de Amélia e se veem como parte da Casa Preta ao lado de Lóia, Orquídea e Ló, não como qualquer traço de compaixão, mas devido à força de identificação que nutrem pelas características daquela parte da casa e metonimicamente dos ambientes da cidade que se assemelhavam à Casa Preta, já que na percepção de Gita, sob a visível influência paterna, as pessoas e a cidade faziam parte de um todo homogêneo responsável pela construção de um espaço múltiplo em etnias e culturas.

Nas várias passagens do romance em que Gita deambula por Lourenço Marques ao lado do pai, a protagonista atenta para a diversidade que caracteriza as ruas da cidade, em constante agitação:

De novo saímos para a rua, descemos as ruas — densas, agitadas, com o seu zumbido de abelhas e o seu carreirar incessante de formigueiro, a sua mistura de cheiros e corpos, a sua teimosia, infatigável vida quotidiana. Povoadas de gente de muitas raças — basta caminhar assim ao acaso e reparar nos tons da pele de quem passa: Como um pingó de tinta branca, misturada em tinta preta, a abre em claridades, e um outro pingó abre mais ainda, até um tom mate, assim entre indianos, brancos, escuros, mulatos, variavam os tons — e também o contrário, uma gota de sangue negro mesclava o claro da pele, uma segunda gota adensava mais a cor, por vezes contrariada por cabelo liso e olhos claros. (p.66-67)

Todas as misturas que Gita via pelas ruas da capital de Moçambique — “branco com negro, indiano e branco, indiano e negro ou mulato, negro e chinês, indiano e chinês, e todas as outras possíveis” (p.67) — pareciam despertar ainda mais a sua atenção devido à severidade e imposições de Amélia quanto a se “misturar” com os nativos de Lourenço Marques e por causa dos rumores *nonsenses* que eram ouvidos acerca da “imbecilidade” e “estupidez” (p.68) do *apartheid* sul-africano. Por Gita fazer tais considerações ainda quando narrava as vivências da infância, nota-se que cronologicamente coincide com a década de 1950, período em que a população negra da África do Sul sentia o peso das políticas segregacionistas do *apartheid* e via as riquezas do país cada vez mais se concentrarem nas mãos da população branca. Entre os inúmeros absurdos e violações perpetrados por essa ideologia segregacionista, como a prevalência dos territórios urbanos para pessoas brancas, uma educação diferenciada e de maior qualidade para esta parcela dos sul-africanos, havia também, desde 1949, a proibição de relações sexuais entre pessoas de raças diferentes. Para Gita, essa realidade e umas “afinidades escondidas e cumplicidade secretas” faziam com que muitos brancos sul-africanos se sentissem atraídos pelas terras moçambicanas, já que poderiam se relacionar com pessoas de outras etnias sem que isso resultasse em prisão.

A descrição que Gita faz acerca da multiplicidade étnica e cultural que consegue

distinguir pelas ruas de Lourenço Marques é fruto não apenas da colonização portuguesa do território como também das tentativas de colonização por parte dos holandeses, franceses, britânicos, além da privilegiada localização portuária da cidade, que possibilitava, entre outras coisas, um forte fluxo comercial e consequentemente o contato entre pessoas de origens diversas, que muitas vezes acabavam se estabelecendo na cidade. De acordo com dados do *Recenseamento Geral da População em 1950* (apud MEDEIROS, 1985), das 93 265 pessoas que residiam à época em Lourenço Marques, 57 755 eram africanas e das 35 510 não-africanas, 23439 eram européias, sendo que o restante era composto principalmente por chineses e indianos, que chegaram ao território ainda no século XIX e influenciavam a cultura local.

Ao discutir os conceitos de multicultural e multiculturalismo, Stuart Hall (2003) afirma que as sociedades multiculturais não são algo recente, já que elas existem antes mesmo das grandes navegações a partir do século XV. O que se observou desde então foi um crescimento cada vez maior dos deslocamentos e migrações, passando a constituir uma regra e não uma exceção, o que resulta em sociedades “étnica e culturalmente ‘mistas’” (Hall 2003: 55).

Hall (2003) aponta ainda a diferença que existe entre os termos “multicultural” e “multiculturalismo”, já que, embora interdependentes, o primeiro, enquanto um adjetivo, designa as características sociais e os problemas de governabilidade de qualquer sociedade que possui diferentes comunidades culturais que tentam construir uma vida em comum, embora preservem as suas particularidades identitárias, o segundo, um substantivo, compreende estratégias e políticas utilizadas para governar problemas relacionados à diversidade e multiplicidades geradas pelas sociedades multiculturais.

Se o conceito de multicultural pode ser aplicado ao cenário urbano que Gita flagra durante os passeios com o pai, o mesmo não pode ser pensado acerca do multiculturalismo, pois as políticas dos governantes portugueses no período colonial não visavam gerenciar problemas relacionados a uma diversidade étnica e cultural, uma vez que a assimilação e a valorização dos costumes e comportamentos europeus era a regra social e as decisões tomadas visavam apenas o bem-estar de Portugal. Era o modo colonial de governar a partir

das necessidades e demandas da metrópole que fazia Laureano, descontente, afirmar para Gita que Portugal era um “país mal governado. Mal pensado”, pois não “dialoga[va] com os africanos” (p.46).

Ao escolher contar sobre a invisibilidade dos portugueses que foram para a colônia e não participaram diretamente dos grandes acontecimentos históricos que envolveram as duas nações, Teolinda Gersão opta por mostrar o modo com que a realidade colonial era vivida por aqueles que aparentemente estão alheios a ela e constrói uma narrativa em que essa mesma realidade é flagrada por distintas subjetividades, que inevitavelmente não se desvinculam do seu passado, da sua história. Em um estudo sobre a obra de Teolinda Gersão, Karen Solentino (2007) observa ser essa diversidade de vozes dentro do núcleo familiar de Gita uma característica marcante do romance, o que contribui para que o contexto vivenciado seja conhecido pelo leitor através de olhares e perspectivas múltiplas. Assim, a depender de quem narra ou quem assume o ponto de vista da narrativa, Lourenço Marques é apresentada a partir de características muito distintas, embora se restrinja apenas aos pontos de vista dos membros da família. Como as personagens femininas dominam a perspectiva da narração, são elas também as responsáveis por trazerem as impressões que mais destoam acerca dos lugares e das pessoas.

Em um artigo em que analisa a pluralidade de vozes dentro do romance de Teolinda Gersão, Martins (2014) afirma que logo à primeira vista é possível constatar em *A Árvore das Palavras* a existência de uma “complexa pluralidade de evocações do passado, em vários registros e modulações, mas alicerçadas a partir da faculdade da memória e a partir de diversos pontos de vista ou focos narrativos, num verdadeiro ‘mosaico fragmentário de memórias’, norteadas por uma ‘estética do fragmento’” (Martins 2014: 74). Assim, as percepções que são construídas do ponto de vista geográfico, afetivo e mental se baseiam em vozes e discursos de vieses plurais que garantem ao romance a ressonância de um passado que se mostra ambíguo e parte de um mosaico memorialístico de caráter polifônico.

Quando a perspectiva narrativa adotada é a de Amélia, fica claro que a sua preferência pela reclusão na Casa Branca e o preconceito que alimenta sobre Lóia eram

posicionamentos que ultrapassavam os limites da própria casa e refletiam no modo de olhar e experienciar a cidade, optando sempre pela total recusa daquilo que para ela remetia ao universo africano e consequentemente representativo de uma cultura inferior, pautada em crenças irracionais e na falta de civilidade. Exemplo disso se dá quando ela fala sobre a facilidade com que as doenças se espalham no lugar, visto a cidade ter sido construída em cima de um pântano “Tudo parece bem à superfície, mas a cidade está podre e cheia de contágio” (p.10), como um meio de justificar a sua falta de integração ao lugar e concomitantemente imprimir uma condição de inferioridade em relação a Portugal. Essa visão é ratificada mais de uma vez pelas memórias de Gita na primeira parte do romance, quando recupera lembranças sobre Amélia:

Quando alguém adoecia ela pensava sempre em febres antigas, que periodicamente voltavam e deixavam as pessoas olheirentas e débeis, como sugadas por espíritos malignos. O pântano, ou a memória do pântano, que nunca conhecera porque tinha sido extinto há quase um século, parecia assediá-la ainda, em visões de pesadelo. Como se estivesse ali muito perto a água apodrecida das línguas. (p.10)

A subjetividade da personagem acerca do lugar e das pessoas se alinha ao que Bhabha (1998) analisa enquanto o modo de representação forjado sobre o sujeito colonizado. A concepção eurocêntrica de Amélia enviesa pelo estereótipo que, segundo Bhabha (1998), se constitui enquanto a principal estratégia discursiva para “fixar” a alteridade do sujeito colonizado. Por ser um tipo de representação paradoxal que “conota rigidez e ordem imutável como também desordem, degeneração e repetição demoníaca” (Bhabha 1998: 103), o estereótipo coteja sempre uma ambivalência, pois ao mesmo tempo em que tenta impor um “lugar fixo” para a representação do Outro, também necessita dessa incessante repetição para que a alteridade se construa a partir das bases pré-determinadas dentro de “conjunturas históricas e discursivas mutantes” (Bhabha 1998: 104).

Amélia, mesmo não fazendo parte da elite branca do lugar, assume um discurso colonial, arraigado desde que vivera em Portugal, que precisa constantemente deslocar o colonizado para o lugar do degenerado e não-civilizado como forma de justificar a

implantação de bases administrativas e de instrução, ou, como afirma Bhabha (1998, p.111), “uma forma de governamentalidade que, ao delimitar uma ‘nação sujeita’, apropria, dirige e domina suas varias esferas de atividade”, estratégia repetida ao longo da colonização dos territórios como os da Ásia, da América e da África. No caso da personagem, a perpetuação de um discurso marcado pelo estereótipo, como é possível constatar em diversas passagens da narrativa, se justifica como uma forma de ratificar a superioridade e diferenciação que acredita possuir diante da população local, distinção que ela busca como um meio de amenizar a frustração por ter se casado com um português que não tinha as mesmas ambições da maior parte dos colonos em relação à possibilidade de enriquecimento através das riquezas e da exploração do trabalho do povo nativo.

É a impossibilidade de pertencer à classe social mais alta que provoca na personagem o sentimento de desilusão, não-pertença e desterritorialização em Moçambique, o que fica ainda mais evidente na segunda parte do romance. No trecho a seguir do livro, o narrador em 3ª pessoa assume, em sua maior parte, a perspectiva de Amélia frente ao que é contado e, sem contrariar o modo como a personagem aspirava viver em Lourenço Marques, inicia apontando com uso do pronome demonstrativo o que seria a cidade para ela:

Aquela era a Duque de Connaught. Belo nome. Condição com as moradias senhoriais e as acácias. E com as causarianas, e o mar. Mais atrás ficava a Duquesa, a avenida Duquesa de Connaught, que era de prédios altos, restaurantes e boutiques. Gostava de ver as montras das boutiques caras, que começavam mais ou menos a partir da António Enes.

A cidade, verdadeiramente, era também aí que começava, pelos lados da António Enes e da Princesa Patrícia (ou quando muito: a leste da Pero de Alenquer), e vinha avançando até a extremidade da falésia, até à Bayly, à Duquesa de Connaught”. (Gersão 2004: 81)

A concepção de cidade para Amélia compreende apenas o lado “geometrizado” de Lourenço Marques, assim, as suas referências quanto à organização do espaço e até mesmo às denominações das ruas são assimiladas enquanto parte de um imaginário eurocêntrico. Nisso a personagem apresenta uma visão reducionista e consequentemente deturpada

sobre a cidade, pois aciona uma dupla exclusão da população local, que além de não gozar dos direitos e das conquistas gerados através riquezas que o país oferecia, também era invisibilizada quanto a sua pertença aos espaços desenvolvidos da cidade, já que a personagem não enxerga os Caniços, onde vivia a maior parte dos nativos, como parte da sua Lourenço Marques.

Para Amélia, o que era identificado como parte da cultura francesa e especialmente da britânica pertencia a uma escala de sofisticação muito maior, por isso a sua obsessão por clarear o cabelo, pelas palavras em inglês e sua coleção de frases nesse idioma, mesmo sem conseguir entendê-las. Porém, mesmo esta personagem estando imersa no contexto político do Estado Novo e feito parte, em algum nível, da constituição do imaginário colonial salazarista, é necessário analisar o seu modo de pensar a identidade portuguesa em contraponto a países como Inglaterra e França a partir da condição semiperiférica de Portugal no sistema capitalista moderno desde o século XVIII, conforme aponta Boaventura de Sousa Santos (2001).

Ao analisar essa condição do Império português, Boaventura de Sousa Santos (2001) afirma que essa subalternidade, embora tenha evoluído ao longo dos séculos, manteve o país sempre numa situação de intermédio e semiperiférico em contextos como o cultural, o social, o jurídico, nas práticas de convivência e sobrevivência, nas emoções, nas narrativas, afetos e ideologias etc., e, por ser produto e produtor dessa condição, “nunca assumiu plenamente as características do Estado moderno dos países centrais” (Santos 2001: 23-24).

Diante do modo como Amélia elabora a sua identidade é preciso considerar ainda que essa realidade colonial portuguesa, entre Prospero e Caliban, como associa Santos (2001), resultou numa colonização subalterna, que alternou entre uma incapacidade de Portugal de colonizar efetivamente e uma colonização excessiva, já que se constituiu como dupla, diretamente executada por Portugal e indiretamente por países centrais, principalmente pela Inglaterra, de quem Portugal foi uma quase colônia. (Santos 2001). Assim, a personagem ratifica em sua experiência em terras coloniais portuguesas um imaginário, político, social, cultural presente no seio da sociedade portuguesa que

reforçava, dentro da hierarquia colonial europeia, a condição inferior e subalterna de Portugal em relação àquelas nações que conseguiram efetivamente equilibrar a balança entre colonialismo e capitalismo. O problema de auto-representação gerado a partir daí e que pode ser notado na personagem do romance é analisado por Boaventura de Sousa Santos (2001) como sendo fruto de um problema semelhante ao encontrado no processo de auto-representação dos que foram colonizados pelos britânicos, que não conseguem representar a si próprio fora dos esquemas discursivos que acabem por determinar a sua posição de subalternidade, conforme tentava recorrentemente ratificar o discurso do colonizador. É como parte dessa colonialidade portuguesa que oscilou entre o colonizador e o colonizado, entre “um Prospero com pés de Caliban e um Caliban com saudades do Prospero” (Santos 2001: 76) que Amélia rejeita qualquer tipo de identificação com o que seria parte do mundo do colonizado, deseje pertencer à elite colonial portuguesa que vivia na parte nobre de Lourenço Marques, mas ao mesmo tempo admita estar entre os colonizadores britânicos e franceses uma espécie de superioridade colonial, identitária e cultural não atingíveis pelos portugueses. O que faria parte, como analisa José Gil (2004: 135), da identidade portuguesa que se caracteriza por uma

não inscrição, pela falta de relevo na expressão da força portuguesa enquanto indivíduos e coletividade que poderia ter seu ápice no salazarismo, que engoliu a existência no espaço público, gerando uma impossibilidade de expressão, uma espécie de capa de chumbo que veio tapar os canais e redes de expressão da sociedade portuguesa. (Gil 2004: 135)

A leitura que Gil (2004) faz deste traço identitário da sociedade portuguesa corrobora para que pensemos em Amélia como parte de um contexto político que contribuía duplamente para essa não inscrição da expressão portuguesa em sua identidade, já que havia vivenciado em Portugal as medidas restritivas do governo salazarista e, num sentido histórico mais amplo, carregava consigo a condição de subalternidade do próprio país enquanto colonizador.

Na análise de cunho psicanalítico realizada por Hilary Owen (2003) acerca da narrativa de Gersão, a autora também ressalta esse perfil da personagem ao afirmar que

Amélia via na possibilidade de ser identificada como francesa ou, preferencialmente, britânica uma ascensão na hierarquia colonial: “Amélia deixa-se levar pela fantasia de renegar completamente a sua identidade portuguesa, bem como a de melhorar o seu estatuto socio-económico dentro do sistema de classes britânico, colonial e branco da África do Sul” (2003, p.174). A autora ainda associa a constante obsessão da personagem por colecionar horóscopos, jogos de azar e anúncios como traços de uma percepção de vida baseada em termos como infortúnio e fatalidade, o que seria, do ponto de vista freudiano, o configuração do fenômeno do estranho na vida adulta, já que Amélia está sempre presa a desejos infantis que não foram cumpridos e, por isso, a necessidade em acreditar em coincidências.

O que se pode perceber então na narrativa é que para o casal Amélia e Laureano a ida para Moçambique teve diferentes conotações, pois embora o passado em comum de humilhações e pobreza, a mudança da metrópole para a colônia foi motivada por desejos e impressões opostos, principalmente devido ao modo como cada um concebia a sua relação com o lugar e o que ele poderia economicamente oferecer. Para Laureano, deixar Portugal para trás significou uma possibilidade de fugir de uma vida pobre e sofrida que levava na pequena aldeia, ao lado da mãe e do irmão mais novo, Narciso, situação que piorou com o retorno inesperado e indesejado do pai. Responsável por ajudar no sustento dele e da mãe, já que o pai partira ainda muito cedo para o Brasil, Laureano sentia o peso da dura jornada diária, mesmo sendo ainda uma criança quando começou a alternar a lida com as ovelhas na pequena e rústica propriedade onde moravam e o trabalho sazonal numa fábrica de calçados. A vida ficou mais dura quando o “pai muito remoto” (p.48), do qual nem sequer lembrava, pois havia abandonado a família quando Laureano tinha ainda poucos anos, resolveu voltar, já que além das dificuldades para a sobrevivência, ele e a mãe tiveram que passar a conviver com a frequente violência de um homem que sequer representava algo para a família e que agia com total autoritarismo. Por isso as poucas lembranças que Laureano chega a transmitir para Gita acerca do pai são sempre esparsas e negativas, fazendo com que a menina estabeleça uma sutil relação entre Salazar, devido ao modo como o pai se referia ao Governo de Portugal, e o avô que não conhecera, visto que a má

administração, o autoritarismo, a violência e a ausência de diálogo seriam elementos com os quais ambos poderiam ser identificados no discurso do pai da protagonista. Segundo Laureano, que pela cronologia histórica do romance chegou a viver os primeiros anos do governo salazarista, o atraso de Portugal poderia ser associado ao modo como Salazar autoritariamente conduzia o país, sendo que as arbitrariedades cometidas pelo ditador também se deviam à passividade do povo, pois todos se calavam diante do futuro incerto que se desenhava para a nação. Ribeiro (2004: 14) afirma que Salazar era “um homem que tinha horror ao diálogo e cujo dicionário privado parecia definir política como discussão ou mesmo polémica”.

Embora a personagem de Gersão evitasse fazer referências à terra lusitana, já que havia sempre “um travo amargo” (p.46) ao falar da pátria, é possível constatar nas inquietações de Laureano uma forte insatisfação no que diz respeito à relação que Portugal estabelecia com as colônias africanas, pois, fica sugerido que, para ele, a falta de diálogo e a centralização administrativa, política e econômica nas mãos da metrópole mostravam quão retrógrada era a forma lusa de governar, o que atrasava não apenas o desenvolvimento dos países africanos, mas também do próprio Portugal.

Quando ainda vivia em Portugal durante os primeiros anos da empreitada colonizadora salazarista, Laureano recebeu do amigo Ascendino, que já morava em Lourenço Marques, uma carta convidando-o para deixar a metrópole e passar a viver e trabalhar na colônia, o que fez o pai de Gita ver nessa oportunidade uma saída para melhorar a vida difícil e com poucas perspectivas que levava na lida rural ao lado da mãe, conforme lembra a filha em um de suas reminiscências dirigida ao pai: “Deixaste meio trabalhado um campo de sementeira, puseste de lado a enxada e atiraste para o lado o saco. Chega. Agora vou. Sem dizer adeus” (p.44).

Ao analisar o perfil dos emigrados de Portugal para tentar a vida nas colônias a partir de 1940, Cláudia Castelo (2007) afirma que as pessoas que deixavam a metrópole, por motivos inúmeros, iam muito mais impulsionadas por fatores de atração do que por fatores de repulsão em relação à terra natal. Esse perfil parece ir de encontro ao que é possível constatar em Laureano, que sugere ter sido levado em direção a Moçambique

muito mais por uma repulsa frente ao que Portugal oferecia que uma atração diante do que era prometido pela vida em Lourenço Marques, já que, por exemplo, foram necessários três anos de trabalho para restituir o valor da passagem em terceira classe paga pelo amigo Ascendino. Porém, é preciso perceber que, de acordo com que é apontado nos estudos de Castelo (2007), Laureano não estaria dentro do perfil mais geral encontrado entre aqueles que trocaram a metrópole por Moçambique, em específico, pois para a historiadora, embora a imprecisão de muitos dados, principalmente pela não exigência de passaporte desde 1907 para aqueles que deixavam Portugal rumo a Moçambique e Angola, a maior parte dos que emigraram possuíam um grau de escolaridade maior que a média portuguesa e eram oriundos principalmente das cidades, em especial Lisboa e Porto. Ainda que a maior concentração demográfica das duas cidades e a propaganda feita durante o Estado Novo para a necessidade e as oportunidades em povoar as colônias possam explicar esse perfil geral dos emigrantes, o contraste com o perfil de Laureano é importante, já que parece acusar as modestas ambições que motivaram a troca do ambiente rural de Portugal e pela vida na capital da colônia portuguesa em África.

As frustrações de Amélia estão de algum modo relacionadas ao posicionamento de Laureano em sua vivência na colônia, pois embora as dificuldades para a ascensão social, ela acabava sendo muito mais fácil para aqueles que advinham de Portugal, uma vez que possuíam uma privilegiada posição frente aos nativos. Porém, diferente do que foi sonhado por Amélia, Laureano não demonstra ambições financeiras e, num movimento oposto, em vez de utilizar-se dos nativos para ascender socialmente, como acontecia comumente, alia-se a eles, desierarquizando, em parte, a pirâmide social “naturalmente” instituída na colônia. Isso revoltava Amélia, pois ainda que conseguisse encontrar na atividade da costura um meio de precariamente ter para si seu próprio dinheiro, estava inserida em uma sociedade de bases patriarcais que impediam uma mobilidade social por meio da figura feminina, o que fazia com que as suas expectativas de subida ficassem presas às ações de Laureano, situação que influenciou na decisão de abandonar a família para tentar a vida ao lado de outro homem em terras australianas.

Em oposição às experiências da mãe no espaço colonial moçambicano, a percepção

de Gita assemelha-se a de um nativo que sempre tivera as suas raízes fincadas no lugar e, inegavelmente, o seu contato com Lóia e a presença constante do pai no desbravar da cidade são preponderantes para que a personagem possua essa memória sobre o espaço. Prova disso se dá a partir da sua elaboração do discurso em muitas passagens em que a cidade é referida, ora usando a primeira pessoa do plural, envolvendo Laureano como parte da subjetividade construída, ora tendo-o como interlocutor, como se as lembranças fossem suscitadas a partir do desejo de partilhá-las e revivê-las junto ao pai. Hilary Owen (2003) afirma que o modo como a narrativa é conduzida por Gita ainda no início do romance e seu sentimento “auto-indígena de pertença” fazem parte de memórias que são recuperadas como perfeitas e que podem mesmo ser sentidas sem sequer ser vistas, frente à sinestesia que predomina as primeiras páginas do livro. Isso porque, para a autora, tratam-se de partes “intemporais e de alguma modo imunes à mudança — uma maneira de se antecipar à história.” (Owen 2003: 169), uma vez que essa visão imaginária de Gita também se faz presente nas últimas páginas do romance.

Como reflexo da forte relação que a personagem central estabelece com o espaço social e cultural de Lourenço Marques, há uma preocupação em recriar os anos finais da dominação moçambicana ao jugo português, e é nesse contexto que sobressai com mais ênfase o aspecto histórico do livro. É na parte final do romance que vemos recontada, a partir do olhar atento e militante de Gita, a luta do povo de Moçambique em prol da independência política. Ao reassumir o foco narrativo na terceira e última parte do romance, Gita não somente revela as suas descobertas sobre as contradições políticas e sociais que pairavam sobre a África, como também mergulha em uma viagem de autoconhecimento e aceitação identitária que resulta no desejo em refazer o percurso inverso da mãe, ao deixar as terras africanas para conhecer a realidade portuguesa da qual Amélia havia “fugido”.

Ao recuperar parte significativa da história de Moçambique e contá-la a partir da ótica e do percurso feminino, o romance de Teolinda Gersão se inscreve como representativo desse contexto literário pós-moderno que utiliza o discurso crítico para rever o passado e os equívocos perpetuados ao longo da história. Ao ler as identidades

nacionais em um momento histórico tão relevante, a narrativa mobiliza discursos plurais que ajudam a recriar parte da realidade social e do processo histórico da descolonização moçambicana, numa relação em que lirismo e história unem-se para registrar a memória de um povo e a presença feminina relegada ao limbo nos registros dos grandes acontecimentos do passado.

NOTA

¹ Todas as citações do livro feitas ao longo do artigo terão como base esta edição inicialmente referida.

Bibliografia

- Bhabha, Homi K. (1998), *O local da cultura*. Tradução de Myriam Ávila [et al...]. Belo Horizonte, Editora UFMG.
- Castelo, Cláudia (2007), *Passagens para África. O Povoamento de Angola e Moçambique com Naturais da Metrópole*, Porto, Afrontamento.
- Gersão, Teolinda (2004), *A Árvore das Palavras*. São Paulo, Planeta do Brasil.
- Gil, José (2004), Portugal, Hoje: *O medo de Existir*. Lisboa, Relógio de Água.
- Gould, Isabel Ferreira (2007), "Mulheres coloniais no novo romance português" in *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 42, nº 2, jun, p. 65-74 (Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fale/article/viewFile/644/1885> [Disponível em 16/05/2017]).
- Hall, Stuart (2003), A questão multicultural. In: ____ . *Da diáspora, Identidades e Mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora da UFMG.
- Martins, Cândido Oliveira (2014), "A Árvore das Palavras de Teolinda Gersão: vozes e visões de África no feminino". In: *Estudos da AIL em Literatura, História e Culturas Portuguesas*. p. 73-80.
- Medeiros, Eduardo (1985), "A evolução demográfica da cidade de Lourenço Marques (1894-1975): estudo bibliográfico". *Revista Internacional de Estudos Africanos*. Nº 3 Janeiro-Dezembro, p. 231-239
- Ribeiro, Margarida Calafate/ Ferreira, Ana Paula (Orgs.) (2003), *Fantasmas e fantasias imperiais no imaginário português contemporâneo*. Porto, Campo das letras.
- Ribeiro, Margarida Calafate (2007), *África no Feminino – As Mulheres Portuguesas e a Guerra Colonial*, Porto, Edições Afrontamento.
- (2004), *Uma História de Regressos – Império, Guerra Colonial e Pós-colonialismo*, Porto: Margarida Calafate Ribeiro e Edições Afrontamento.

- Owen, Hillary (2003), “*La Vie en Rose*. “Postscriptum a um Império Assombrado. Sobre *A Árvore das Palavras* de Teolinda Gersão”, In: Margarida Calafate Ribeiro & Ana Paula Ferreira (org.). *Fantasmas e Fantasias Imperiais no Imaginário Português Contemporâneo*, Porto, Campo das Letras.
- Santos, Boaventura de Sousa (2001), “Entre Próspero e Caliban: Colonialismo, Pós-colonialismo e Identidade”. In: RAMALHO, Maria Irene; RIBEIRO, António Sousa (Orgs.), *Entre Ser e Estar: Raízes, Percursos e Discursos da Identidade*, Porto, Edições Afrontamento.
- Sotelino, Karen C. Sherwood (2007), “Narrator versus Character Voice: Colonial Echoes in Teolinda Gersão’s *A Árvore das Palavras*”. In *Revista Hispania*, vol. 90, nº 2, American Association of Teachers of Spanish and Portuguese, Greeley, pp 224-233.

Dinameire Oliveira Carneiro Rios é Graduada em Letras Vernáculas, Especialista em Estudos Literários e Mestra em Literatura e Diversidade Cultural pela Universidade Estadual de Feira de Santana (Bahia-Brasil). É pesquisadora desde 2009 do Núcleo de Estudos em Literatura e Cinema-NELCI, na Universidade Estadual de Feira de Santana. É revisora e professora nas áreas de Literatura, leitura e produção textual. Faz Doutorado em Literatura e Cultura, na Universidade Federal da Bahia, com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia. Atualmente é estudante de Doutorado Sanduíche no Instituto de Literatura Comparada, da Universidade do Porto, com financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior-CAPES. Tem artigos publicados nas áreas de Literatura e Cinema em revistas brasileiras e portuguesas.